

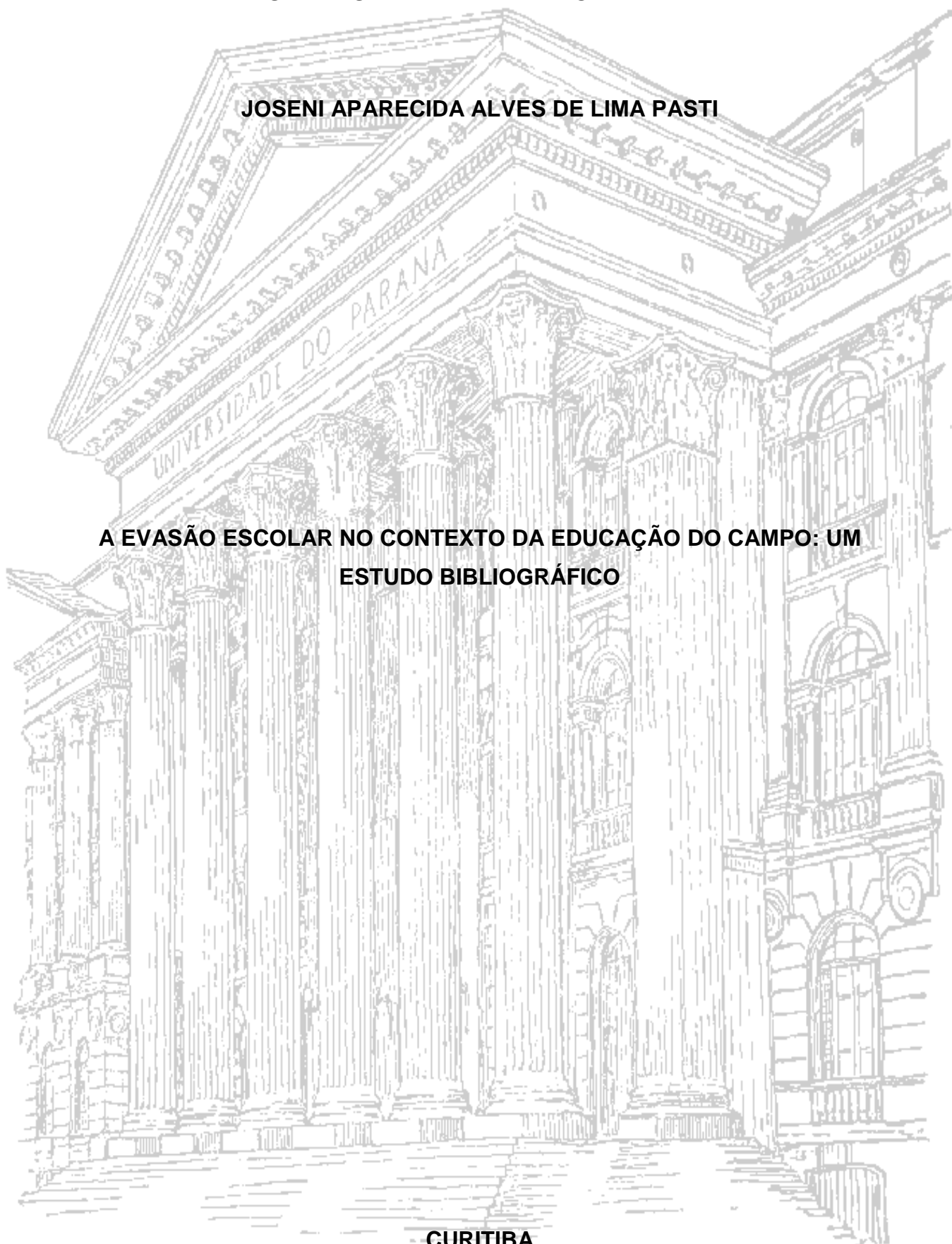
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**JOSENI APARECIDA ALVES DE LIMA PASTI**

**A EVASÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM  
ESTUDO BIBLIOGRÁFICO**

**CURITIBA**

**2016**



**JOSENI APARECIDA ALVES DE LIMA PASTI**

**A EVASÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM  
ESTUDO BIBLIOGRÁFICO**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Me. Cesar Augusto Cruz da Silva

**CURITIBA**

**2016**

## **A EVASÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO**

**Joseni Aparecida Alves de Lima Pasti**

### **RESUMO**

O presente artigo apresenta uma explanação acerca da problemática da Evasão Escolar que tem se constituído em uma dificuldade que tem acarretado prejuízos tanto para o aluno evadido, quanto para equipe pedagógica e sociedade em sua totalidade. Neste trabalho de pesquisa, a evasão escolar será tratada no âmbito da Educação do campo, objetivando proporcionar uma reflexão a respeito das causas impulsionam esse fenômeno. A finalidade principal é apontar e relacionar as principais causas que levam o aluno a ser considerado evadido, e encaminhamos a apontar aspectos sobre a responsabilidade do Estado, família e escola em prol de reverter essa situação. Para efetivação dessa produção o estudo foi pautado em pesquisadores, estudiosos e autores que tem se dedicado em elucidar essas questões como Comilo (2008), Dore (2011), dentre outros. A trajetória metodológica encontra-se fundamentada na abordagem da pesquisa bibliográfica. As decorrências da pesquisa apontam para uma reflexão onde é necessário desenvolver estratégias, propostas e medidas que possam superar essa condição de evasão, para tanto é imprescindível que ocorra um consenso e harmonia entre os envolvidos e que as políticas públicas voltadas para a educação sejam favorecidas, proporcionando acesso e permanência de qualidade.

**Palavras-chave:** Evasão escolar; Educação do campo; Fracasso escolar.

### **1 INTRODUÇÃO**

A problemática que envolve a questão da evasão escolar se perfaz em um desafio a ser superado que atinge todos os níveis de ensino da educação brasileira. Em virtude do termo evasão escolar ser comumente empregado nas mais diversas conjunturas com compreensões diferenciadas. Tais variantes dificultam o entendimento das razões evidentes que ocasionam influencias no processo e

acabam se perfazendo num entrave para medidas significativas para o enfrentamento do problema

Enquanto educadores é preciso se empenhar em responder algumas indagações pertinentes aos ensejos e razões que direcionam a evasão escolar dos alunos, buscando alternativas que possam reverter essa situação ou em uma proporção menor ao menos minimizar.

No âmbito da educação do campo, percebe-se uma ausência de políticas públicas relacionadas a essa modalidade, famílias desestruturadas, trabalho, onde as crianças desde muito novas auxiliam nas tarefas, dificuldades relacionadas aos aspectos cognitivos dos alunos, essa gama de elementos, contribuem para que haja um índice elevado de evasão escolar na educação do campo. Em muitas famílias, os pais possuem um nível de instrução baixo, por vezes são até mesmo analfabetos e não conseguem encontrar razões relevantes para que seus filhos prossigam nos estudos, julgando mais viável que o mesmo siga no mesmo caminho de seus pais e comece a colaborar com as despesas através do trabalho.

No que tange as políticas públicas sempre dificultam, no momento em que se trata da zona rural, pois a ausência de transporte adequado e as condições precárias dos percursos, são demandas que acabam sendo postas em um plano secundário, com alegações corriqueiras de verbas insuficientes, dentre outros fatores que acabam acentuando a evasão escolar.

Na educação do campo, o quadro referente a evasão escolar se torna ainda mais dificultado tendo em vista as limitações e obstáculos que já são pertinentes dessa modalidade de ensino que padece de diversas condições desfavoráveis, nesse contexto a evasão escolar significa o insucesso das relações sociais, que no dia-a-dia demonstra-se cada vez mais indigna e desumana.

A justificativa pela escolha da temática que envolve a evasão escolar no âmbito da educação do campo, ocorreu tendo em vista que a educação do campo é uma modalidade que constantemente sofre com descaso e ausência de políticas públicas que deem conta de suas especificidades, com relação a evasão é um assunto que se torna ainda mais intrincado quando atrelado a Educação do campo, ressaltando que além das condições que dizem respeito a sua família, trabalho e âmbito pessoal, há também a questão das más condições das estradas, meio de transporte impróprio e distância longa da residência a instituição escolar,

considerando o que apregoa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB<sup>1</sup> 9394/96 e também o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)<sup>2</sup>, quando há incidência de um número elevado de faltas das quais não se apresenta justificativas e a evasão escolar são fatores que ferem os direitos das crianças e dos adolescentes. Dessa forma justifica-se uma produção textual que reflita acerca dessa problemática em torno da evasão escolar ocorrida no âmbito da educação do campo.

A produção textual esteve estruturada em elementos que oferecem clareza a redação e buscam atingir o objetivo proposto, iniciando pela metodologia onde são descritos os passos necessários para realização do artigo, seguido dos capítulos que o compõem, no primeiro capítulo será realizado ainda que brevemente uma contextualização acerca da Educação do Campo, no segundo capítulo será explanado a conceituação e diferenciação que há no conceito de Educação do campo e Educação no Campo, o terceiro capítulo retrata a problemática que envolve a Evasão Escolar e especialmente como essa questão afeta diretamente a Educação do Campo, finalizando a produção através das considerações finais que arrematam o artigo.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

Um dos elementos mais marcantes que se destaca enquanto identidade do movimento em prol de uma educação do campo de qualidade é o embate e lutas constantes da população do campo, na busca da implementação de políticas públicas que assegurem o seu direito a educação e que esta educação seja realizado no campo e atenda aos interesses do campo.

Nesse panorama a população do campo tem direito a ser devidamente educado no local onde coexistes, para tal são necessárias instituições escolares adequadas que ofereçam o mínimo de estrutura para manter esses educandos na escola e não resultar na tão desesperadora evasão, outro fator relevante que a educação ministrada para a população campesina ressalte e considere sua

---

<sup>1</sup> LDB - é a lei orgânica e geral da educação brasileira. Como o próprio nome diz, dita as diretrizes e as bases da organização do sistema educacional Por dentro da Lei de Diretrizes e Bases (SCUARCIALUPI, 2015).

<sup>2</sup> O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é uma lei federal (8.069 promulgada em julho de 1990), que trata sobre os direitos das crianças e adolescentes em todo o Brasil (VIEGAS, 2011).

identidade, um aluno do campo que frequenta uma escola que não o representa, dificilmente terá interesse em ali permanecer.

Este olhar para a educação do campo como um direito tem outro desdobramento importante, ou seja, pensar uma política de educação que se preocupe também com o jeito de educar quem é sujeito deste direito, de modo a construir uma qualidade de educação que forme as pessoas como sujeitos de direitos (ARROYO et al., 2004, p. 32).

A educação do campo se categoriza em virtude dos sujeitos que a compõem é fundamental entender que ademais da localização geográfica e das informações estatísticas distantes encontra-se uma parte da população brasileira que coexiste neste ambiente e desde as relações sociais características e particular que integram a vida no e do campo, em suas distintas identidades e em sua identidade comum; estão inseridos indivíduos que abrangem faixas etárias diferenciadas, nesse núcleo estão famílias, comunidades, organizações, movimentos sociais, e demais organizações.

A perspectiva da educação do campo é exatamente a de educar este povo, estas pessoas que trabalham no campo, para que se articulem, se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino. Trata-se de uma educação dos e não para os sujeitos do campo, feita por meio de políticas públicas, mas construídas com os próprios sujeitos dos direitos que as exigem (SANTOS, 2008, p.15).

Conforme Silveira, 2010, a zona rural (campo) necessita de políticas públicas que abranjam um projeto de desenvolvimento sustentável do campo, que se posicione contrariamente ao latifúndio e ao agronegócio; ocasionando uma ruptura com o processo de discriminação; avigorando a identidade cultural recusada às minorias e assegurando o atendimento diferenciado, contudo, em nenhuma circunstância dessemelhante.

Diante dessas questões, uma educação que valorize de fato o campo e considere suas especificidades podem levar uma diminuição considerável do índice de evasão escolar, tendo em vista que é preciso instigar, motivar os educandos e demonstrar ao pais e comunidade que realmente o ensino ao qual está se propondo está diretamente vinculado e atende suas necessidades e anseios.

## **EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUA CARACTERIZAÇÃO**

A Educação do campo tem sido debatida há longo tempo e é marcada por lutas, pejejas e determinação por parte de um povo que se encontra saturado de fracassos e descasos, e busca reconhecimento e valorização.

De acordo com Kolling et al (2002), umas das características mais marcantes que tem representado fortemente a identidade do movimento em prol de uma educação do campo é justamente essa batalha travada pela população campesina que almeja políticas públicas que assegurem seu direito a educação, e também a educação que seja no e do campo.

“No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (KOLLING et al., 2002)

Essa perspectiva atribuída a educação do campo enquanto um direito possui outro encaminhamento considerável, isto significa, refletir, pensar e desenvolver uma política de educação devidamente preocupada do mesmo modo com a forma e a prática empregada no ato de educar “quem é sujeito deste direito, de modo a construir uma qualidade de educação que forme as pessoas como sujeitos de direitos” (ARROYO et al., 2004).

Santos (2008) pontua que a educação do campo se determina e se caracteriza em virtude de seus sujeitos e população, dessa forma é imprescindível compreender que há muitos elementos nas entrelinhas que suplantam os aspectos geográficos e a impassibilidade de índices numéricos e informações meramente estatísticas, encontrando-se uma parcela da população brasileira que convive e subsiste neste local, compreendendo as relações sociais peculiares que integram “a vida no e do campo, em suas diferentes identidades e em sua identidade comum; estão pessoas de diferentes idades, estão famílias, comunidades, organizações, movimentos sociais, entre outros”.

A perspectiva da educação do campo é exatamente a de educar este povo, estas pessoas que trabalham no campo, para que se articulem, se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino. Trata-se de uma educação dos e não para os sujeitos do campo, feita por meio de políticas públicas, mas construídas com os próprios sujeitos dos direitos que as exigem (SANTOS, 2008, p. 35).

Em consonância com Silveira (2010), por conseguinte, diante de suas especificidades e necessidades o campo necessita de políticas públicas que pondere e compreenda um projeto direcionado ao desenvolvimento sustentável do campo, que se posicione de forma contrária ao agronegócio e ao latifúndio, que se desvincule da discriminação e preconceito e que venha a avigorar a identidade e autonomia cultural que tem sido recusada às minorias, assegurando dessa forma o atendimento específico, no entanto, de forma alguma dessemelhante. Dado que, a educação do/no campo é em sua integralidade um direito social e não se trata de um fator mercadológico.

A educação do campo vem contribuir para um debate sócio econômico e geopolítico, pois milhares de estudantes e de camponeses que fazem parte deste processo marginal criado pela ideologia dominante que carrega representações simbólicas na consciência, reproduzindo discursos e práticas da elite não condizentes com a vida e ações das populações do campo, perdurando no trabalho sócio pedagógico de milhares de escolas Brasil adentro (FERREIRO, 2001, p.65).

No que diz respeito ao aspecto prático, tanto nos movimentos quanto nas disposições sociais e no âmbito científico, a educação no e do campo tem se posicionado opostamente ao arquétipo urbano e de caráter técnico de educação, porquanto o exemplo contemporâneo em sua grande maioria apenas dispõe e prepara os indivíduos para o mercado de trabalho, sem demonstrar preocupação com demais aspectos essenciais como moradia, cidadania e relações sociais, aspectos culturais.

O Ministério da Educação através de documento organizado e elaborado pelo SECAD, de certa forma também admite que o repasse financeiro e investimento às escolas do campo ainda é escasso e defende:

O reconhecimento de que as pessoas que vivem no campo têm direito a uma educação diferenciada daquela oferecida a quem vive nas cidades é recente e inovador, e ganhou força a partir da instituição, pelo Conselho Nacional de Educação, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Esse reconhecimento extrapola a noção de espaço geográfico e compreende as necessidades culturais, os direitos sociais e a formação integral desses indivíduos (SECAD/MEC, 2007: 09).

Seguindo essa mesma perspectiva, Pinheiro (2011) afirma que:

A educação do campo tem se caracterizado como um espaço de precariedade por descasos, especialmente pela ausência de políticas



públicas para as populações que lá residem. Essa situação tem repercutido nesta realidade social, na ausência de estradas apropriadas para escoamento da produção; na falta de atendimento adequado à saúde; na falta de assistência técnica; no não acesso à educação básica e superior de qualidade, entre outros (PINHEIRO, 2011, p.1).

Ainda segundo a linha de pensamento de Pinheiro, a autora relata os progressos e também as brechas que aconteceram na educação no Brasil no período que compreende as últimas décadas, porquanto ocorreu uma inovação em diversos aspectos no campo, no entanto a educação não tem acompanhado a contento esse processo, a não ser enquanto conquista obtida por meio das forças dos movimentos sociais organizados.

Nesse sentido Pinheiro (2011), pontua:

Inovaram: no maquinário, no aumento da produção de grão, nos agrotóxicos, alteração dos genes das sementes para exportação em larga escala. Mas os que têm usufruído desses avanços são pequenos grupos de latifundiários, empresários, banqueiros e políticos nacionais e internacionais. Enquanto a outros é negado o acesso à terra para sobreviver e garantir o sustento de outros brasileiros (PINHEIRO 2011, p.1).

Contudo apesar da precariedade e descasos comumente direcionados para o campo e a educação dessa população, também é preciso e extremamente necessário apontar algumas melhorias e possíveis progressos mesmo que ainda insuficientes a exemplo disso a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei nº 9394/96, ocasionou de certa forma algum progresso e propiciou conquistas essenciais direcionadas às políticas educacionais para a população camponesa, ainda que mesmo obscuramente na LDB estejam impregnados interesses diferenciados.

Santana (2006) debatendo tais empenhos na LDB, apregoa que “não é possível negar o neoliberalismo presente no cotidiano escolar” e acresce “a subordinação da educação a valores de mercado”. Em contrapartida, o artigo 28 da LDB assinala direcionamento específico à escola do campo. O artigo traz a seguinte redação:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo

adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (LDB, 1996).

Diante do exposto na LDB, é possível afirmar que este documento legal tem focado seu objetivo no desenvolvimento e aperfeiçoamento de mão de obra que supra os anseios mercadológicos da sociedade, os movimentos sociais e as instituições de ensino superior percebem e compreendem a educação do campo enquanto transformação da sociedade e desenvolvimento e formação de cidadãos atuantes, críticos e criativos.

O especialista Arroyo (2011), em uma de suas palestras realizadas, apontou os seguintes questionamentos:

Como a escola vai trabalhar a memória, explorar a memória coletiva, recuperar o que há de mais identitário na memória coletiva? Como a escola vai trabalhar a identidade do homem e da mulher do campo? Ela vai reproduzir os estereótipos da cidade sobre a mulher e o homem rural? Aquela visão de jeca, aquela visão que o livro didático e as escolas urbanas reproduzem quando celebram as festas juninas? É esta a visão? Ou a escola vai recuperar uma visão positiva, digna, realista, dar outra imagem do campo? (ARROYO, 2011, p. 16).

Tais questões direcionam a uma reflexão acerca dos diversos problemas e percalços que necessitam ser suplantados para que concretamente a educação do campo seja entendida e valorizada pelo Estado como um direito de caráter universal.

Compreender o campo, enquanto parte integrante e fundamental da sociedade é imprescindível para que o ambiente do campo seja valorizado e respeitado como um ambiente particular com suas especificidades que necessitam ser consideradas tanto no âmbito social quanto educacional.

O êxito obtido do direito à educação no Movimento, em consonância com Caldart (2000, p.145), aconteceu enquanto resultado de muita peleja. Os primeiros “[...] a se mobilizar foram as mães e professores, depois os pais e algumas lideranças do movimento”.

Parece imprescindível ressaltar que a luta pela terra, suscitada pela população campesina, engrossou o movimento em prol da educação do campo e beneficiou o reconhecimento de que a conquista da terra, bem como da educação e dos demais direitos sociais, não ocorre sem a existência de um conhecimento que norteie a prática política e por ela seja dirigido.

A Educação do Campo, dessemelhante do que é apregoadado no arquétipo neoliberal de educação, colabora com a constituição e desenvolvimento de uma memória coletiva, contribui para o resgate da identidade do homem do campo através da educação disseminada concomitantemente às crianças, jovens e adultos, instituindo dessa forma um sentimento de pertencimento ao grupo ao qual a educação do/no campo encontra-se implantada, nos seus mais distintos espaços de atuação.

Acerca do resgate da memória coletiva, bem como do resgate da cultura campesina a autora Comilo (2008), pontua um aspecto imprescindível no sentido de compreender as dificuldades na edificação da identidade do homem do campo.

[...] muitas vezes o camponês recusa-se a assumir sua identidade, pois, ao longo de sua história, foi considerado como “rude” e inferior. O próprio campo é visto como um espaço inferior à cidade. A consciência de classe passa pela consciência de identidade, que, no caso aqui discutido, é a da cultura camponesa [...] (COMILO. 2008, p. 21).

Deste modo é perceptível que a preocupação em prol de uma constituição da consciência, do resgate da memória coletiva e da cultura camponesa não são elementos pertinentes a população camponesa atual e tampouco preocupa aos diretores e equipe pedagógica das instituições escolares, que não buscam proporcionar atividades e empregar direcionamentos que possam resgatar essas características particulares ao campo.

Apesar dos inúmeros problemas pelos quais as instituições de ensino do campo passaram e ainda passam, nota-se que os movimentos estão constantemente buscando melhorias e demonstram uma preocupação na qual não se observa com relação ao Estado e o cumprimento de suas obrigações.

Na I Conferência Nacional intitulada Por uma educação do Campo realizada no ano de 1999, foram mencionadas as dificuldades existentes na realidade educacional do campo.

Ausência de uma infra-estrutura necessária e de docentes qualificados; falta de apoio a iniciativas de renovação pedagógica; currículo e calendário escolar alheio à realidade do campo; em muitos lugares, atendida por professores/professoras com uma visão de mundo urbano, ou com uma visão de agricultura patronal. Na maioria das vezes, esses profissionais nunca tiveram uma formação específica para trabalhar com aquela realidade; deslocada das necessidades e das questões do trabalho no campo; alheia a um projeto de desenvolvimento; alienada dos interesses dos camponeses, dos indígenas, dos assalariados do campo, enfim, do

conjunto dos trabalhadores, das trabalhadoras, de seus movimentos e de suas organizações; estimuladora do abandono do campo por apresentar o urbano como superior, moderno, atraente e em muitos casos, trabalhando pela sua própria destruição, é articuladora do deslocamento dos estudantes para estudar na cidade, especialmente por não organizar alternativas de avanço das séries em escolas do próprio meio rural” (I Conferência Nacional: Por Uma Educação Básica do Campo, 1999: 44).

Se faz mister ressaltar que a Educação do Campo não pode ser compreendida meramente como se tratando de atividades educacionais que são difundidas em zonas rurais, contudo que intensamente legitima para sua autonomia e a concretização de ocasiões que incentive a constituição de uma nova realidade rural. Dito de outra maneira a Educação do Campo tem na população do campo os atores principais do processo educativo e como finalidade de ação incitá-los para seu desenvolvimento social, ambiental e econômico.

Dessa forma a perspectiva de Educação do campo somente consegue ser elaborada a partir do embate existente pela disputa da terra e também na resistência em permanecer nela.

Todo histórico de lutas precisa ser valorizado, para que a população não perca sua essência, os embates vivenciados pelo campo, atribuem a ele seu cerne, suas entranhas e seus objetivos diante de tais lutas e esforços despendidos.

De acordo com Caldart (2004), o percurso histórico que envolve o campo no cenário brasileiro é a história de subordinação da população camponesa aos latifundiários, grandes detentores de proporções imensuráveis de terra da qual não conseguem explorá-las.

Na busca por uma suposta “libertação”, principiam-se lutas em prol da Educação do campo e que tem como principal finalidade concretizar melhorias para esta população.

## **A PROBLEMÁTICA DA EVASÃO ESCOLAR**

Gentile (2005), relata em seus estudos que a evasão escolar pode ser compreendida enquanto uma dificuldade, um problema latente que vem sendo discutido por inúmeros pesquisadores e docentes há um longo período e que acontece em alta escola e numerosas famílias tem passado, sobretudo aquelas de poder aquisitivo baixo.

De acordo com a Conceitualização do MEC, Evasão é a “saída definitiva do curso de origem sem conclusão ou a diferença entre ingressantes e concluintes, após uma geração completa” (MEC, 1997, p. 19).

Patto (1987), traz a seguinte assertiva acerca da problemática que envolve a reprovação e a evasão escolar:

A reprovação e a evasão escolar são: um fracasso produzido no dia-a-dia, da vida na escola e na produção deste fracasso estão envolvidos aspectos estruturais e funcionais do sistema educacional, concepções de ensino e de trabalho e preconceitos e estereótipos sobre a sua clientela mais pobre. Estes preconceitos, no entanto, longe de serem uma característica apenas dos educadores que se encontram nas escolas, estão disseminados na literatura educacional há muitas décadas, enquanto discurso ideológico, ao se pretender neutro e objetivo, participa de forma decisiva na produção das dificuldades de escolarização das crianças das classes populares (PATTO, 1987, p. 59).

Nada obstante, essa é uma temática que ainda está muito distante de ser devidamente elucidada e os apontadores de abandono da escola têm crescido ano após ano, e caminham lado a lado dos índices elevados de reprovação e unidos resultam no fracasso escolar.

Dore (2013), também discorre sobre os elementos que permeiam a questão pertinente a evasão escolar:

A escolha de abandonar ou permanecer na escola é fortemente condicionada por características individuais, por fatores sociais e familiares, por características do sistema escolar e pelo grau de atração que outras modalidades de socialização, fora do ambiente escolar, exercem sobre o estudante (DORE, 2013, p. 5).

Diante do exposto é possível afirmar com convicção que são diversas as causas que conduzem o estudante a desistir de seus estudos. Dentre eles, destacam-se os fatores internos, associados ao desenvolvimento psíquico do aluno, bem como os fatores externos de natureza socioeconômica. Muitas vezes, jovens são obrigados a optar por trabalhar em lugar de estudar, devido à necessidade de contribuir para o sustento da família, especialmente no campo.

Ademais, o padrão justaposto na escola contemporânea, é insuficiente no quesito de motivar e incitar o interesse do educando. Lara (2003) ratifica esse diagnóstico, ao assegurar que:

O fenômeno da evasão escolar associado ao fato da escola estar pouco preocupada em possibilitar aos alunos e professores a experiência do acontecer das ideias, na sua produção, em consonância aos desafios concretos da vida, contribui conseqüentemente ao abandono da escola, caminho que parece mais certo (LARA, 2003, p. 24).

Em consonância com Krawczyk (2009), inúmeros são os motivos e pretextos que direcionam o educando a abandonar seus estudos. Em meio a elas, é possível ressaltar os expedientes internos, atrelados ao desenvolvimento psíquico do estudante, da mesma maneira os elementos externos de caráter socioeconômica, podendo mencionar as gestações indesejadas ocorridas na adolescência e ausência de suporte e apoio familiar.

Em consonância com os apontamentos de Machado (2000), na prática não ocorreu uma verdadeira adaptação da instituição escolar para a realidade rural, porquanto não foi atribuída a importância ao fato de que a "educação é ampla multifacetada, variável de conformidade com o 'espaço' humano racional em que é possível aflorar. Por isso existem tipos e formas educacionais diferentes, entre eles, a educação rural".

Hamze (2010), pontua que desde 1984, ademais das ocupações de terra e marchas para pressionar pela reforma agrária no país, o MST luta pelo acesso à educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis para a população do campo. Em toda a sua história, foram conquistadas aproximadamente 2 mil escolas públicas nos acampamentos e assentamentos em todo país, abrindo as portas do conhecimento para 160 mil crianças e adolescentes.

De acordo com um estudo realizado nos assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), coincidindo com as respostas encontradas na presente pesquisa, mais de 900 mil alunos estudam em assentamentos da reforma agrária e 70% desses estudantes querem ter a oportunidade de fazer um curso superior para que alcancem melhores condições de trabalho e possam sair do assentamento, mas apenas 23,4% dos jovens de 15 a 17 anos estão fazendo o ensino médio (HAMZE, 2010, p. 56).

Nesse sentido é possível afirmar que a evasão escolar se constitui em uma situação bastante preocupante se perfazendo em um dos fenômenos que mais tem exigido postura e alternativas coerentes dos governantes.

O Brasil conta com uma ampla diversidade tanto no quesito social quanto econômico e também cultural e dessa forma possui questões a serem resolvidas e que tem se expandido proporcionalmente ao crescimento socioeconômico.

No momento em que se dispense esforços na tentativa de esclarecer os pretextos e motivos que direcionam para essa atitude, constata-se que em sua grande maioria estão diretamente atreladas a empecilhos originados no âmbito familiar como exemplo a necessidade do educando em exercer alguma atividade remunerada para contribuir com a renda familiar, ou o fato de não sentir apreço pelo estudo, não compreender a linguagem empregada pelo educador, dentre outros. Em virtude dessa situação, um índice elevado de alunos tem se evadido das escolas e conseqüentemente aberto mão de seus objetivos e anseios.

Estudos têm demonstrado que a evasão escolar pode ocorrer por diversos motivos e dentre eles estão as repetências constantes, a necessidade do trabalho infantil para compor a renda familiar, a pobreza e a falta de comida em casa, a longa distância entre a escola e a casa, a falta de transporte, a falta de uniforme e material escolar, que dificultam a ida à escola todos os dias, além de motivos de ordem mais social, como o abuso sexual, dentro e fora de casa, ou até mesmo na escola; exploração sexual, a violência física ou psicológica com a criança ou entre seus familiares, o abuso físico e/ou psicológico na escola e/ou em casa, a não valorização do ensino por parte dos adultos, o casamento e/ou gravidez precoces, o uso e tráfico de drogas, a falta de segurança na localidade ou próximo à escola, brigas de gangues e dificuldades de acompanhamento dos conteúdos curriculares (MISSÃO CRIANÇA, 2001, p.27).

Neste sentido o objetivo central está na reflexão em conjunto com os envolvidos no âmbito escolar acerca dos aspectos que permeiam essa temática, proveniente da indigência de delimitar contiguamente pareceres, alternativas e medidas que resgatem os educandos evadidos e apresentem propostas de enfrentamento e precaução ao tema alvitrado.

É imprescindível que sejam edificadas escolas e que nestes ambientes a educação esteja fundamentada devidamente em princípios e currículos que eduquem e preparem o indivíduo para o exercício da democracia, que considerem o e atribuam a importância do conhecimento de natureza universal, as peculiaridades, bem como as diversidades culturais. Apenas dessa forma será possível ter probabilidades de colaborar verdadeiramente para abrolhar valores democráticos que estabelecem Direitos em detrimento de regalias, que apreciem e estimem a Vida, a solidariedade e apregoem a paz.

Diante desse cenário afirma-se com ênfase que a evasão é, com certeza, um dos desafios que angustiam as instituições escolares. A elucidação acerca de suas causas tem sido alvo de estudo de inúmeras produções científicas e pesquisas educacionais.

Os prejuízos de alunos que principiam, no entanto não concluem seus estudos se constituem em desperdícios de natureza social, educacionais e além disso culturais. Tal situação no setor público, se perfaz em expedientes públicos acometidos sem o devido retorno. No que está relacionado ao setor privado, é uma importante perda de receitas. Nas duas esferas a evasão é uma fonte de inatividade de docentes, servidores, armamentos e estrutura física.

Outro elemento bastante importante e que muitas vezes não tem sido atribuído a devida importância que pode acarretar a evasão está ligada ao educando que possui determinadas limitações no seu aprendizado, com relação a essa questão Vasconcellos realiza o seguinte apontamento:

O aluno com dificuldades específicas de aprendizagem não apresenta, de início, problemas de motivação, se bem que progressivamente pode se sentir incapaz de realizar as tarefas propostas e abandona qualquer tentativa de superá-las, já que as atividades propostas estão cheias de respostas para perguntas que ele não sabe quais (VASCONCELLOS, 1995, p.38).

Diante desse cenário percebe-se que o educador pode exercer uma influência positiva para reversão desse quadro de evasão escolar, buscando apesar também das dificuldades encontradas pelo professor em realizar um trabalho diferenciado, propiciar através de sua metodologia e didática motivação para esse aluno prosseguir, sobretudo esse aluno pertencente a educação do campo que já é tão massacrado em virtude de sua condição.

Arroyo (1997), discorre criticamente acerca dos aspectos atribuídos a Evasão escolar:

Na maioria das causas da evasão escolar a escola tem a responsabilidade de atribuir à desestruturação familiar, e o professor e o aluno não têm responsabilidade para aprender, tornando-se um jogo de empurra. Sabemos que a escola atual é preciso estar preparada para receber e formar estes jovens e adultos que são frutos dessa sociedade injusta, e para isso é preciso, professores dinâmicos, responsáveis, criativos, que sejam capazes de inovar e transformar sua sala de aula em um lugar atrativo e estimulador (ARROYO 1997, p.23).



Na afirmação de Arroyo (1997) é possível constatar que por diversas circunstâncias torna-se mais cômodo e menos dolorido transferir a responsabilidade para um “terceiro”, e se eximir de qualquer atitude para reversão desse quadro. Ainda segundo a perspectiva do autor o professor não pode simplesmente permanecer alheio a toda essa realidade que permeia a evasão, mas sim buscar alternativas e possibilidades que motivem esse aluno a permanecer no ambiente escolar e dele tirar o seu melhor.

O IBGE traz a seguinte constatação acerca de um dos motivos mais aparentes e expressivos da Evasão escolar:

A evasão escolar e a defasagem idade/ série parecem estar diretamente relacionadas à necessidade de complementação da renda familiar. De acordo com o IBGE (2000) dos jovens de 15 anos de idade, apenas 16,53% estão na escola, enquanto 22% trabalham e estudam, 8% só estudam, 7% estudam e estão à procura de emprego e 10% não estudam. Como não poderia deixar de ser, as duas escolas públicas em que o projeto "Risco à Proteção" atua, refletem a totalidade dos problemas existentes no sistema educacional brasileiro. A evasão escolar também é uma realidade neste contexto e ela está, muitas vezes, associada às condições econômicas e sociais das famílias. A necessidade de complementação da renda familiar é uma realidade que permeia o cotidiano das famílias mais pobres, o que interfere diretamente no rendimento escolar dos alunos (GUZZO; LACERDA JÚNIOR; EUZÉBIOS FILHO, 2005; GUZZO; SANT'ANA; MARIOTE; WEBER, COSTA E CAMPOS, 2005, p.37).

De acordo com os dados levantados de fato a questão econômica é um agravante extremo na problemática da Evasão e interfere significativamente, no entanto é preciso refletir que está não é a única razão e perante a outros pretextos é imprescindível que sejam adequados e revistos políticas, metodologias e alternativas que venham a minimizar essa problemática.

A evasão escolar se constitui em um problema de caráter recorrente em todo o território nacional, sendo por muitas vezes compreendida apaticamente, negligenciada e admitida pelo sistema educacional e pela comunidade. As decorrências da evasão escolar podem ser percebidas com maior veemência nos presídios públicos, penitenciárias e centros de internamento de menores que se encontram em conflito com a Lei.

A ausência de educação de qualidade que seja motivadora, estimulante e não excludente e a penúria se perfazem em alguns dos motivos do aumento alarmante da violência que o Brasil vem padecendo nas últimas décadas.

O enfrentamento da questão que permeia a evasão escolar nesse ponto de vista, abrolha enquanto uma ferramenta eficiente que atua em caráter preventivo e também de rebatimento à violência e à colossal disparidade social que aflige o país, favorecendo toda a sociedade. Excepcionalmente não existem organismos ativos de combate à evasão escolar a plano de escola, ou a até mesmo em nível de sistema de ensino.

Ao se falar em evasão escolar no contexto da Educação do Campo a situação se agrava ainda mais, as escolas urbanas em sua grande maioria não dispõem de estrutura física adequada e de quadro de servidores e docentes devidamente contemplado e no campo essa realidade é ainda mais precária, tendo em vista a distância, localização das escolas e situação sócio econômico dos educandos que necessitam com frequência exercer atividades relacionadas a agricultura desde muito cedo, outro fator extremamente relevante é a questão metodológica que não se encontra apropriada ao contexto do aluno, esses elementos conduzem o educando a falta de interesse e conseqüentemente a evasão escolar.

De acordo com a redação trazida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB9394/96) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), um índice alto de faltas injustificadas e a evasão escolar são elementos que corrompem os direitos atribuídos as crianças e aos adolescentes.

Nessa perspectiva, é de responsabilidade e incumbência da instituição escolar se utilizar de todos e quaisquer expedientes dos quais disponha em prol de assegurar a permanência e constância dos educandos na escola.

A legislação ainda garante que uma vez escassos os recursos e possibilidades da instituição escolar, a mesma tem obrigação de comunicar ao Conselho Tutelar do Município a respeito de ocorrências de faltas demasiadas injustificadas e de evasão escolar, para que o Conselho possa realizar as medidas que julgar cabíveis e necessárias.

No entanto o que se nota nas ocorrências é que a instituição escolar apenas comunica o Conselho Tutelar quando a Criança/Adolescente já não possui mais formas que possam reverter suas faltas, outra dificuldade a ser mencionada devida sua relevância é o fato de que há um índice elevado de alunos que foram incluídos no rol de evasão escolar que no entanto, tem seus dados desatualizados e nem ao menos residem no local do qual foi mencionado pela escola, em situações como

essa percebe-se que a escola não se valeu de todos os artifícios que tinha disponível para reverter essa situação, longe de se afirmar a partir dessa constatação que seja um fato recorrente em diversas escolas, mas é sim algo preocupante.

Assim diante do que tem sido exposto pode-se afirmar com ênfase que o problema da evasão escolar desde seu aparecimento tem sido um desafio extremo para educadores, gestores, comunidade, governantes e demais envolvidos. E no contexto da educação do campo devido a precariedade já pré-existente é ainda mais significativo.

Historicamente, a expansão da educação pública no Brasil, em particular a educação do campo, é marcada pelo número insuficiente de vagas e inadequação das escolas para atender à crescente demanda. A partir da segunda metade do século XX, os índices de desistência imediata, de evasão<sup>1</sup> e repetência nas escolas primárias eram elevados, principalmente nas primeiras séries (OLIVEIRA, 2011, p.12).

Ainda segundo Oliveira (2011), os números exacerbados de reprovação, notadamente nas áreas rurais, se determinam em virtude de inúmeras dificuldades encaradas. Problemas estes que estão diretamente relacionados a condição financeira paupérrima do educando, que precisava começar a trabalhar ainda muito cedo para colaborar com o sustento da família. A evasão escolar, por conseguinte, era uma das implicações de problemas sociais mais vastos e de raízes consistentes.

Fazer com que o aluno se desloque de sua moradia até a escola, já se perfaz em algo relativamente complicado tendo em vista a distância da escola e o meio de transporte utilizado que em sua grande maioria é precário isso sem ainda mencionar a condição em que se encontram as estradas rurais, superado esse primeiro obstáculo, manter o aluno na escola é um desafio para dentro da escola, sendo necessário que o educando aprenda conhecimentos significativos para a sua vivência.

Inúmeras são as dificuldades e obstáculos enfrentados pela população campesina, acerca deles Egami (2008) traz a seguinte assertiva:

Quando se consideram as dificuldades que os moradores da área rural têm em desfrutar os serviços (saúde, lazer, educação, bancário etc.) muitos deixam de procurar tais serviços, seja pela ausência do transporte, seja pela falta de recursos para pagar os custos de deslocamento. Dessa forma, gera-se uma população de excluídos que somente terá melhores condições

de vida se for beneficiada por alguma política pública voltada para o transporte (EGAMI, 2008, p. 45).

Refutar a evasão escolar na educação do campo incide, de fato, em contestar o motivo, ou expressando-se mais claramente, os motivos dessa problemática: Migração própria das condições dessa região, busca pelo sustento familiar, performance escolar insatisfatória dos alunos, dificuldades de aprendizagem, acesso complexo as escolas, trajeto moroso e distante entre a instituição escolar e a morada dos educando, necessidade de contribuição financeira para sobrevivência e alimentação são somente alguns dos elementos que tem resultado nos números elevados de evasão escolar.

A evasão é uma consequência de vários fatores, sendo o produto de um processo histórico amplo, que engendra o funcionamento da sociedade brasileira, um fracasso produzido pela própria escola que de certa forma vem expulsando de seu contexto alunos ativos, receptivos, alegres, criativos, participativos e que inconscientemente não assimilam o que os diversos modelos têm proposto (MORAES, 1982, p. 23).

Desta maneira, é necessário ter clareza e compreensão de que não se trata de contestar as causas de forma individual, aleatória e paliativa, entretanto de delimitar e determinar estratégias sólidas e contíguas entre estado, escola e comunidade em geral visando dessa forma a reversão dessa situação.

### **3 METODOLOGIA**

O início de toda produção textual ocorre a partir de uma temática que é delimitada por um tema menos extenso e o passo seguinte deverá ser importante para que de fato seja iniciada a produção, sendo assim deverá ter a efetivação de estudo. Por conseguinte, o propósito da realização deste estudo, em linhas gerais, consiste em compreender melhor os fatores que motivam a evasão escolar e apontar possíveis iniciativas que possam reverter esse panorama.

Partindo da temática escolhida, prossegue-se com a elaboração do projeto de pesquisa, que oferecerá os subsídios essenciais, tais como a temática escolhida, problema que impulsionou a preferência, bem como objetivos, referencial teórico e justificativa pela escolha do tema, para posterior construção do artigo. Realizada essa etapa, a fase que se segue diz respeito ao levantamento bibliográfico e escolha

do material a ser utilizado, esta etapa é extremamente importante e deve ser realizada com o maior rigor possível pois serão esses elementos que irão fundamentar a elaboração do artigo.

Em seguida será realizada a coleta de dados, que são uma varredura sobre as produções e as pesquisas acerca do tema da evasão, processo este empregado para investigar o objeto que se almeja conhecer nesse o fator que tem determinado a evasão escolar na educação do campo, de posse dos dados angariados, parte-se para a devida análise das informações que foram obtidas, objetivando contemplá-las adequadamente na produção do artigo.

Tendo realizado essas fases descritas, dar-se-á início a escrita propriamente do artigo, sem a realização das etapas mencionadas não é possível desenvolver uma escrita legítima, autêntica e comprometida com as informações reais e concretas. Ao finalizar a escrita o artigo será devidamente revista e realizados os ajustes apontados pelo orientador, ao concluir essa revisão, será concretizado o seminário com vistas a apresentação da pesquisa e enfim a entrega do artigo.

Vale ressaltar que todo esse percurso é extremamente necessário e enriquecedor para a construção do artigo e proporciona a resolução das perguntas que impulsionam a pesquisa que é a principal

Com relação a natureza da pesquisa a mesma ocorre em caráter básico procurando originar novas informações que possam colaborar para o progresso do assunto tratado e não possui previsão para aplicação de forma prática, de forma que a princípio não há uma data para que ocorra uma aplicação do estudo realizado.

No que tange a forma de abordagem do problema a pesquisa se caracteriza enquanto qualitativa, não abrangendo índices, números ou questionários, considerando uma relação maior que a proporcionada através de índices.

Dessa forma a produção textual não irá aplicar questionários ou amostras relacionadas ao tema, procurando se ater aos dados coletados de forma qualitativa, por meio das informações e compreensões conquistadas através das obras consultadas. Ou seja, esta pesquisa se estabeleça no plano teórico analisando produções de autor que tratam da temática hora referida. No que está relacionado aos objetivos da pesquisa, é de caráter explicativo, buscando explicar e explicitar os objetivos propostos, pontuando os propósitos e trazendo elucidações acerca da temática proposta.

Sob a ótica que abrange os procedimentos técnicos foi empregada a pesquisa bibliográfica fundamentada e desenvolvida a partir de material que já foi divulgado bem como obras bibliográficas, artigos, sites da internet e demais fontes que possam contribuir para a produção.

#### 4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A partir da pesquisa bibliográfica impetrada para realização dessa produção textual foi possível perceber que a Evasão Escolar se trata de uma problemática que tem permeado o contexto da Educação em todas as suas modalidades, e não se trata de algo que esteja ocorrendo na atualidade, mas sim de uma ocorrência que já existe há tempo significativo, no entanto na Educação do Campo ela está ainda mais acentuada tendo em vista seu atrelamento aos problemas pertinentes ao contexto do Campo, as causas são as mais diversas e os autores nem sempre a tratam da mesma forma.

Os estudos e pesquisas a respeito dessa problemática são demasiadamente importantes e trazem consigo elementos essenciais para que se possa pensar em medidas que busquem a reversão dessa situação.

No Quadro abaixo foi realizado um levantamento acerca das asseverações dos principais autores mencionados no decorrer da efetivação do artigo, buscando com isso melhor exemplificar as causas, motivos, pretextos e circunstâncias que tem desencadeado a Evasão escolar.

Quadro 1 – Informações teóricas sobre a temática conceitual da evasão

<b>EVASÃO ESCOLAR</b>			
<b>AUTOR</b>	<b>ANO</b>	<b>PÁG</b>	<b>CONCEITO</b>
MORAES	1982	23	A evasão é uma consequência de vários fatores, sendo o produto de um processo histórico amplo, que engendra o funcionamento da sociedade brasileira, um fracasso produzido pela própria escola que de certa forma vem expulsando de seu contexto alunos ativos, receptivos, alegres, criativos, participativos e que inconscientemente não assimilam o que os diversos modelos têm proposto

<p>GUZZO; LACERDA JÚNIOR; EUZÉBIO S FILHO, GUZZO; SANT'AN A; MARIOTE ; WEBER, COSTA E CAMPOS</p>	<p>2005</p>	<p>37</p>	<p>A evasão escolar e a defasagem idade/ série parecem estar diretamente relacionadas à necessidade de complementação da renda familiar. De acordo com o IBGE (2000) dos jovens de 15 anos de idade, apenas 16,53% estão na escola, enquanto 22% trabalham e estudam, 8% só estudam, 7% estudam e estão à procura de emprego e 10% não estudam. Como não poderia deixar de ser, as duas escolas públicas em que o projeto "Risco à Proteção" atua, refletem a totalidade dos problemas existentes no sistema educacional brasileiro. A evasão escolar também é uma realidade neste contexto e ela está, muitas vezes, associada às condições econômicas e sociais das famílias. A necessidade de complementação da renda familiar é uma realidade que permeia o cotidiano das famílias mais pobres, o que interfere diretamente no rendimento escolar dos alunos</p>
<p>ARROYO</p>	<p>1997</p>	<p>23</p>	<p>Na maioria das causas da evasão escolar a escola tem a responsabilidade de atribuir à desestruturação familiar, e o professor e o aluno não têm responsabilidade para aprender, tornando-se um jogo de empurra. Sabemos que a escola atual é preciso estar preparada para receber e formar estes jovens e adultos que são frutos dessa sociedade injusta, e para isso é preciso, professores dinâmicos, responsáveis, criativos, que sejam capazes de inovar e transformar sua sala de aula em um lugar atrativo e estimulador</p>
<p>MISSÃO CRIANÇA</p>	<p>2001</p>	<p>27</p>	<p>Estudos têm demonstrado que a evasão escolar pode ocorrer por diversos motivos e dentre eles estão as repetências constantes, a necessidade do trabalho infantil para compor a renda familiar, a pobreza e a falta de comida em casa, a longa distância entre a escola e a casa, a falta de transporte, a falta de uniforme e material escolar, que dificultam a ida à escola todos os dias, além</p>

			de motivos de ordem mais social, como o abuso sexual, dentro e fora de casa, ou até mesmo na escola; exploração sexual, a violência física ou psicológica com a criança ou entre seus familiares, o abuso físico e/ou psicológico na escola e/ou em casa, a não valorização do ensino por parte dos adultos, o casamento e/ou gravidez precoces, o uso e tráfico de drogas, a falta de segurança na localidade ou próximo à escola, brigas de gangues e dificuldades de acompanhamento dos conteúdos curriculares
LARA	2003	24	O fenômeno da evasão escolar associado ao fato da escola estar pouco preocupada em possibilitar aos alunos e professores a experiência do acontecer das ideias, na sua produção, em consonância aos desafios concretos da vida, contribui conseqüentemente ao abandono da escola, caminho que parece mais certo
DORE	2013	5	A escolha de abandonar ou permanecer na escola é fortemente condicionada por características individuais, por fatores sociais e familiares, por características do sistema escolar e pelo grau de atração que outras modalidades de socialização, fora do ambiente escolar, exercem sobre o estudante.

Fonte: próprio autor

Constatou-se que é necessário que todas as instâncias envolvidas, comunidade em geral, equipe pedagógica e governantes reflitam em conjunto acerca das atitudes a serem desenvolvidas, enquanto isso percebe-se que ações isoladas são tomadas, contudo acabam não tendo um resultado expressivo em virtude da falta de apoio e engajamento de todos os envolvidos.

A gama de fatores e elementos que servem de pretextos para a Evasão escolar é imensa e o enfrentamento a ela é uma tarefa árdua, que precisa ser refletida com muito rigor, critério e apontadas dessa forma medidas e alternativas que possam minimizar essa situação, diante dos fatores devidamente levantados é necessário pensar em práticas e possibilidades de maneira individualizada para cada fator, de fato não se trata de algo simples, mas se tratado com a devida



importância, pode ser reduzido e mesmo que lentamente os primeiros passos precisam ser dados.

No entanto os escritos sobre a evasão ainda precisam ser aprofundados no contexto específico do campo, pois se trata de uma modalidade que possui suas especificidades e como tal, essa questão precisa ser melhor pontuada, buscando e refletindo formas individualizadas para reverter essa situação, dado que medidas e ações implantadas no contexto urbano podem não satisfazer ao campo e não atender seus anseios.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em virtude dos fatos mencionados é imprescindível que todos se conscientizem de que a democracia se constitui quando o Estado cumpre seu papel adequadamente e proporciona condições satisfatórias a todos os segmentos da sociedade, sem preferir a uma parcela específica em detrimento de outra, se valendo dos benefícios de uma educação que comprometida que almeje o desenvolvimento e o fortalecimento do indivíduo, assim como uma mudança significativa da sociedade.

Notadamente observa-se ao concluir essa produção que infelizmente a democracia ainda está muito distante de se concretizar. Através da literatura analisada foi possível constatar a pluralidade de elementos que colaboram para a evasão escolar.

Dentre esses fatores, constata-se que o fracasso escolar muitas vezes resulta de outros fracassos, a exemplo disso o desemprego, condições precárias de existências, o próprio sistema escolar em si, o currículo que também apresenta distorções com a realidade, dentre outros.

O que não se pode permitir e tampouco aceitar é que a instituição escolar, o núcleo familiar, os alunos, sejam responsabilizados integralmente por essa problemática. Dado que o Estado tem retrocedido cada vez mais no cumprimento e execução das suas responsabilidades perante a educação.

Através da pesquisa realizada para a produção textual, observa-se que a constância dos educandos no ambiente escolar, do mesmo modo o regresso de muitos alunos a ela encontra-se pautada pelas modificações acontecidas no âmbito do trabalho e também nos modelos da sociedade. Tais alterações ressaltam a

indigência do jovem adentrar ao mercado de trabalho. Diante desse ponto de vista, o regresso dos jovens ao ambiente escolar implica a obtenção das capacidades basilares.

O conteúdo e as discussões levantadas pelos estudiosos da temática, demonstram a ausência de alinhamento e integração entre a percepção da instituição escolar perante alguns pretextos que motivam à evasão e aqueles que são mencionados pelos próprios educandos. Nota-se que ainda existem práticas antiquadas e que em diversos momentos a escola acaba não respondendo as inquietações dos alunos e o Estado em contrapartida também não concretiza políticas de caráter público que tenham capacidade de propiciar melhorias nas condições ofertadas aos educadores.

Nesse sentido, percebe-se a importância de se refletir, pensar e desenvolver alternativas que viabilizem a escola, o sujeito e a família uma compreensão e envolvimento nas relações tanto internas quanto externas que ocorrem nesse âmbito e que influenciam de forma expressiva e considerável no processo que permeia o ensino e aprendizagem e resultam na evasão escolar que também reflete os aspectos sociais e econômicos das gerações vindouras.

Dessa forma, os resultados advindos dessa produção textual apontam para a necessidade imperiosa do desenvolvimento de estudos inovadores que abordem esta temática e indiquem possíveis estratégias para o enfrentamento dessa situação.

Destarte, recomenda-se, a partir desse estudo, que se reflitam e desenvolvam um número maior de pesquisas pertinentes ao assunto abordado, objetivando propiciar aos leitores informações claras e objetivas acerca da evasão escolar na educação do campo.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, M.G. et al. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

ARROYO, Miguel G. da. **Escola coerente à Escola possível**. São Paulo: Loyola, 1997 (Coleção Educação popular – nº 8.) BRASIL, MEC.

ARROYO, Miguel Gonzalez e FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo – por uma educação básica do campo**. Brasília: MST - Coordenação da Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2011.

BRASIL / MEC / SESU. Secretaria de Educação Superior / Ministério da Educação. **Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras**. Brasília, 1996/1997 Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001613.pdf> Acesso em 15/08/2016.

BRASIL, **O Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº. 8069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Ministério da Educação. CADERNOS SECAD 2 (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade /MEC). **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. Brasília, DF, 2007.

CALDART, R.S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.

COMILO, M. E. S. **A construção coletiva da escola: a Escola Chico Mendes e sua História**. In: ANGHINONI, C.; MARTINS, F. J. (Org.). Educação do campo e formação continuada de professores. Porto Alegre; Campo Mourão: EST. Edições; FECILCAM, 2008.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. **Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 772-789, set. /dez. 2011.

EGAMI, Cintia Yumiko ET AL. **Panorama das Políticas Públicas do Transporte Escolar Rural**. Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes – CEFTRU. Universidade de Brasília – UNB Campus Universitário Darcy Ribeiro - Brasília (DF).

FERREIRO, E. **Reflexões sobre alfabetização**. Tradução Horácio Gonzales et al., ed. Atualizada. São Paulo: Cortez, 2001.

GENTILE, P. **Crescem as matrículas, mas a evasão preocupa**. Revista Nova Escola, ano 20, edição n. 184, p. 50-57, nov. /dez. 2005.

GUZZO, R.S.L; SANT´ANA, I. M; CAMPOS; A. P de S; GUZZO. O psicólogo escolar no ensino de 1ª à 4ª séries: referência para uma ação preventiva. *In I Mostra de Práticas de Psicologia em Educação e VI Encontro de Psicólogos na área da Educação*, 2005.

HAMZE, A. **Pesquisa revela como é a educação nos assentamentos do Incra**. 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 28 junho 2011.

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Israel José; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, nº 1. Brasília: UnB, 2002

KRAWCZYK N. **O ensino médio no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2009.

LARA, T.A. **A escola que não tive. O professor que não fui**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MACHADO, V. **Estudantes em assentamentos: um estudo de aspirações por educação**, 2000. 198p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2000.

MISSÃO CRIANÇA. **Relatório de atividades 1999 -2001**; Mania de Educação. PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação: Brasília, 2001.

MORAES, Eliana Rocha Passos Tavares. **Evasão Escolar**. Paraná. Unicentro: 1982.

OLIVEIRA, Leticia Borges de. **Educação no campo: mobral no meio rural de Uberlândia (1970-1985)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia: 2011.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do Fracasso Escolar: Historias de Submissão e Rebeldia**, 1987.

PINHEIRO, M. S. D. **A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira**. 2011. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos915/educacao-campo-politicas/educacao-campo-politicas.shtml>>. Acesso em: 30 jul 2016.

SANTANA, D. **A LDB e a educação do campo**. 2006. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/Articles/721/1/A-Ldb-E-A-Educação-Do-Campo/pagina1.Html>>. Acesso em: 30 jul 2016.

SANTOS, C.A. **Por uma educação do campo**. Brasília: INCRA/MDA, 2008.

SCUARCIALUPI, Lu. **O que é a Lei de Diretrizes e Bases, quais os principais ganhos para os cidadãos e a história até sua aprovação em 1996.** Revista Educar para crescer, 2015. Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/politica-publica/lei-diretrizes-bases-349321.shtml>. Acesso em: 02 nov. 2016.

SILVEIRA, D.P. **A educação do campo como disciplina no curso de Pedagogia e sua importância.** 2010. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/2128405>>. Acesso em: 20 jul 2016.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Construção do conhecimento em sala de aula.** Cadernos Pedagógicos do Libertad, 2; 3. ed. São Paulo: Libertad, 1995.

VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo. RABELO, Cesar Leandro de Almeida. **Principais considerações sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.** Revista Âmbito Jurídico, 2011. Disponível em: [http://ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=10593](http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10593), Acesso em: 02 nov. 2016.